

Uma abordagem semântico-cognitiva para o tratamento dos substantivos abstrato e concreto inseridos no espaço religiosidade

Janaína Zaidan Bicalho Fonseca¹

RESUMO: O presente trabalho surgiu da necessidade de repensar o processo de categorização, no qual está inserida a classe dos substantivos, mais especificamente os concretos e abstratos relacionados ao campo da religiosidade. Isso porque é notável a dificuldade entre os falantes em explicar o que sejam os mesmos e, sobretudo, quais elementos tais categorias abarcam. Definiu-se para tanto a teoria advinda da sociocognição, a fim de repensar o legado formalista.

Palavras-chave: Substantivos; Abstrato; Concreto; Semântica Cognitiva; Religiosidade.

1. O início: a questão do nome no desenrolar dos tempos

“No princípio, Deus criou os céus e a terra. A terra estava informe e vazia; as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. Deus disse: “Faça-se a luz!” E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz dia, e às trevas noite. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o primeiro dia. Deus disse: Faça-se um firmamento e separou as águas que estavam debaixo do firmamento e separou as águas que estavam debaixo do firmamento daquelas que estavam por cima. E assim Deus chamou ao firmamento céus.(...) Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves do céu, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome” (Gênesis,1: 1-19).

“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus. Ele estava no princípio junto de Deus” (João, 1: 1).

As citações bíblicas escolhidas para introduzir esse artigo nos permitem mensurar, de forma geral, o destaque e a importância dada à linguagem na história da humanidade. Tal

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Linguística da Pucminas. A autora também é bolsista da CAPES.

assertiva torna-se ainda mais verídica se voltarmos nossa atenção para o problema que, conforme comprovam os fatos bíblicos, envolvia a questão do ato de nomear as coisas e também o de determinar os acontecimentos no tempo. Dizendo de outro modo, estamos tratando da discussão que encerra os motivos de se nomear - e principalmente como nomear -, bem como os de localizar as ações no tempo, desembocando no conceito de verbo.

A presente reflexão teórica, porém, irá se dedicar somente ao primeiro ponto mencionado, uma vez que buscar as razões e os princípios norteadores da nomeação é trabalho árduo. Além disso, o verdadeiro “início das coisas”, se partimos da informação de que o livro de Gênesis é mais antigo do que o de São João Evangelista, reporta categoricamente à ação de nomear. Sendo assim, no princípio era o nome e a partir dele que Deus pôde “chamar” tudo aquilo que fora criado. Se se foi criado ontem, hoje ou amanhã, de forma injuntiva ou dependente de um outro deus, de fato não é significativo para os homens. Mas, ao contrário, como Deus chamou a tudo aquilo que foi criado é de suma importância, pois como os seres humanos haveriam de se comunicar um com os outros, fazendo-se entender? Eis que nasce a convenção. Logo, questionar as causas que levaram Deus e também o primeiro homem a nomear uma coisa com um nome e não com outro é realmente relevante, já que partimos de uma base comum e, até hoje, fazemos uso dela sem pestanejar. Ademais, o nome é tão imprescindível que podemos dizer que o verbo, em seu estado primitivo, é ainda um nome, uma vez que se ausentam do mesmo as características que o definem, a saber, flexões de tempo, modo, pessoa e número, bem como o aspecto e a voz. Logo o ato de comer, de falar e de correr é uma nomeação das respectivas ações, ou seja, não passam de formas nominais dos verbos.

A priori, portanto, dedicar-nos-emos às dissensões que envolvem o conceito de *nome* e como este foi estudado no início dos tempos. Para isso, é necessário voltarmos às raízes greco-latinas.

Um dos principais relatos que nos direcionam para os questionamentos feitos sobre os nomes data de alguns anos antes de Cristo. Tal relato é, na verdade, um diálogo escrito por Platão, o qual retrata o debate empreendido entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo a respeito tanto da origem dos nomes como do fundamento que rege o seu uso pelos falantes, isto é, como os utentes de uma língua se certificam de que mesa deve ser chamada de mesa e não de cadeira. Nesse diálogo, são discutidas noções conhecidas da Linguística Moderna como motivação e arbitrariedade do signo, assim como convenção no uso do mesmo.

Partindo primeiramente deste princípio, Hermógenes parece acreditar que podemos nomear tudo segundo nossa vontade, sem respeitar um mandamento tácito acerca do nome dado às coisas. Hermógenes ilustra o fato ao afirmar que para ele “seja qual for o nome que se dê a uma coisa, esse é o seu nome certo; e mais: se substituirmos esse nome por outro, vindo a cair em desuso o primitivo, o novo nome não é menos certo do que o primeiro” (PLATÃO, 2001, p. 385). Hermógenes, porém, se equivoca por exemplificar uma prática social restrita a uma pequena parcela da sociedade grega da época, que era nada mais do que mudar o nome de um escravo em função da vontade do seu senhor. Ainda afirma que “the fact that we can do this shows that names are in end decided by the whim of individuals” (HARRIS & TAYLOR, 1998, p. 4), o que vai de encontro à posição de Sócrates, segundo a qual “it is an exceptional and marginal case” (Idem, Ibidem). Sócrates, portanto, valida a idéia de que as palavras são nomeadas pelo processo de convenção e não por um “capricho” do indivíduo, como vimos na fala de Hermógenes.

A convenção, entretanto, teve de ser estabelecida de acordo com algum parâmetro. É exatamente nesse ponto que Sócrates tenta explicar de onde as palavras surgiram. Parte, assim, do estudo das partes que compõem o nome para tentar explicar o todo, isto é, empreende um estudo morfológico, segmentando as partes dotadas de sentido de um nome. Contudo, esse processo só é válido caso se trate de nomes derivados de outros. Logo, tal idéia rapidamente malogra. Sócrates também tenta explicar o processo de designação questionando a motivação e a arbitrariedade. Afirma, por exemplo, que

a letra *r* pareceu a quem estabeleceu os nomes um belo instrumento para o movimento, capaz de representar a mobilidade. Por isso mesmo, recorreu a ela com frequência. Para começar, em *rhein* (correr) e *rhoê* (corrente) com essa letra imita o movimento, o mesmo acontecendo em *tromos* (tremor), *trachys* (áspero) e em verbos como *krouein* (percutir), *thauerein* (vulnerar), *ereikein* (contundir), *thryptein* (quebrar), *kermatizein* (esmigalhar), *rhyrbein* (redemoinhar). Em todas essas palavras é pela letra *r* que ele imita o movimento. Percebeu, segundo penso, que nessa letra a língua se detinha menos e vibrava mais; daí, parecer-me que se serviu dela para exprimir o movimento (PLATÃO, 2001, p. 205) [...] E o *l*, [tem semelhança] com o que é macio e liso (Idem, p. 216).

E, ainda,

Deves também saber que, para exprimir a mesma coisa, o que nós designamos por *sklêrotês* (asperidade) os eretrienses pronunciam *sklêrotêr*? [...] Então, o *r* e o *s* se assemelham entre si, e para os eretrienses o *r* final vale tanto quanto o *s* para nós, ou não terá valor para um dos casos? (Idem, p. 217).

No fragmento acima, Sócrates toca no ponto da variação lingüística. De fato, o intercâmbio do fone /r/ pelo /s/ não causa diferenças, pelo menos no que tange à motivação da

palavra; todavia, poderíamos afirmar que de uma língua para outra não ocorrem mudanças substanciais relacionadas justamente à motivação do signo? Seria o mesmo que pensar na motivação existente na palavra *ovo* e inexistente na palavra *egg*, por exemplo.

A conclusão chegada é a de que “forçoso nos será concluir que a convenção e o costume contribuem igualmente para exprimir o que temos no pensamento, no instante em que falamos” (Idem, p. 218). A mesma opinião é comungada por Harris and Taylor (1998, p. 07): “functionality, then, implies that form is not fortuitous, but is designed to serve a purpose (...) It introduces the notion that speech represents or depicts reality”.

Aparentemente, não encontramos saída para a origem dos nomes a não ser pelo fato de se tratar de uma convenção preestabelecida pelos, de acordo com Sócrates, “legisladores”, ou seja, aqueles que detêm o poder para legislar, instituir, determinar.

Muito mais importante do que descobrir a maneira com a qual intitulamos as coisas parece ser a funcionalidade dos nomes. É novamente Harris & Taylor (1998) quem nos esclarecem a questão: “their function, Sócrates claims, is to divide up reality for us: to distinguish one thing from another, one person from the next” (p.6).

Na visão dos autores citados, os nomes servem para representar ou descrever a realidade, bem como distinguir uma coisa ou pessoa da outra. Para que isso seja estabelecido é necessário dividir os nomes em categorias, as quais selecionem membros de características comuns. Tal exercício, contudo, impõe-nos grandes dificuldades, já que, ao categorizarmos, estaremos homogeneizando os elementos de um conjunto. Embora na concepção kantiana a principal coisa que fazemos ao vermos algo diferente seja categorizar, não quer dizer que essa categorização seja igual para todos. Essa visão essencialmente classificatória, cara ao estruturalismo, é assim descrita por John Taylor:

structuralism maintained that the meaning of a linguistic form is determined by the language system itself. The world out there and how people interact with it, how they perceive and conceptualize it, are, in the structuralist view, extra-linguistic factors which do not impinge on the language system itself (TAYLOR, 1989, p. 16).

Dessa forma, para os estruturalistas, a língua é dotada de um sistema interno, o qual é o único responsável pela legitimidade da comunicação humana. O que o sociocognitivismo defende, porém, é a tese de a língua funcionar somente dentro de um contexto, ou seja, de acordo com a visão “extra-linguistic”. É negada, assim, a velha dicotomia saussureana, cuja afirmação de que o signo é formado por significado + significante distorce a multiplicidade de matizes encontrados em um significante. Logo, “o significante subdetermina o significado mesmo em situações inteiramente comuns do uso da linguagem (...) A abordagem que

praticamos repudia a distinção entre linguagem e contexto como polaridades estanques” (SALOMÃO, 1999, p. 69). John Taylor parece também comungar da mesma opinião:

a category, once established, divides the universe into two sets of entities – those that are members of the category, and those that are not. There are no ambiguous case, no entities which ‘in a way’ or ‘to some extent’ belong to the category, but which in another way do not (TAYLOR, 1989, p. 23).

Sendo assim, cai por terra a idéia de “sentido literal”, uma vez que só podemos atribuir sentido para a palavra em seu “estado de uso” e não em seu “estado bruto”, dicionarizado.

Se a premissa é verdadeira, a concepção maximamente “categorizante” não nos serve como ponto norteador no estudo dos nomes. Mais especificamente, queremos demonstrar, nesta pequena reflexão, a insuficiência das classificações dos substantivos abstrato e concreto no espaço religiosidade, devido à necessidade de repensar o processo de categorização, no qual estão inseridas as classes de palavras do português. Para isso, nada mais produtivo do que assumir como linha teórica a semântica cognitiva, pois será a partir da idéia de que “a meaning (...) is not a thing in itself, but only a set of contrastive relations” (NIDA, 1975, p. 151 apud TAYLOR, 1989, p. 35) que poderemos responder o que pode determinar a classificação de um nome, ligado ao espaço da religiosidade, enquanto concreto ou não. Pensando nisso, definiu-se a classe de substantivos, mais especificamente, o concreto e o abstrato, já que, comumente, é notável a dificuldade em explicar o que sejam os mesmos e, sobretudo, quais elementos tais categorias abarcam.

2. A perspectiva sociocognitiva

As gramáticas normativas da Língua Portuguesa sofreram (e ainda sofrem) uma grande influência da tradição lógica, a qual teve como seguidores Gottlob Frege, a vertente Escolástica, bem como o direcionamento teórico de Port-Royal. De todos os citados, o mais importante para o nosso estudo é Gottlob Frege, pois foi este quem, através de uma semântica verifuncional, postulou acerca da necessidade de um senso de referência para a linguagem. Dessa forma, Frege defendia a idéia de que toda palavra deveria ter uma contraparte no mundo real, ou seja, toda palavra deveria ter seu próprio referente no mundo real.

Essa concepção, principalmente após os estudos saussureanos, estava fadada a malograr, já que, corroborando-a, estaríamos, na verdade, limitando a maneira de conceber o mundo. O fato é que uma palavra não possui um referente comum para todos, pois cada um terá uma concepção diferente desse referente. Além disso, existem palavras que não possuem

um equivalente no mundo real, como *fada*, *bruxa* e *curupira*. Devido a isso, Frege “acreditava que a linguagem é uma ferramenta imperfeita” (1998).

A imperfeição, é certo, não está na linguagem, mas, sim, na forma de entender o seu funcionamento. Saussure, por exemplo, pregava que o signo era formado de significado + significante. Este não equivale a um referente, porém a uma imagem acústica; a qual pode ser diferente para cada usuário da língua, além de não ter, necessariamente, de participar do mundo empírico.

Nessa concepção, mais avançada do que a puramente lógica, existem ainda alguns problemas. O primeiro é a ausência da participação sistemática do sujeito, uma vez que as incursões individuais deste não interessariam para o processamento da linguagem. O segundo é a ênfase no estudo do significante, que, isolado, não explica a linguagem enquanto sistema interativo. A língua para Saussure era vista como um sistema opositivo e arbitrário, no qual não cabia a situação de uso; somente a forma lingüística, desprovida dos fatores externos à língua.

A sociocognição, ao contrário, postula “a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo” (SALOMÃO, 1999, p. 12). Para a sociocognição o significante subdetermina o significado, ou seja,

as expressões não significam; servem-nos como ponto de partida para a construção de significados, operando por processos que já conhecemos. De modo algum, o sentido de uma elocução está exatamente nas palavras. Quando entendemos uma elocução, de modo algum, estamos entendendo apenas o que as palavras dizem; as palavras por si só não dizem nada independentemente do conhecimento ricamente detalhado e dos poderosos processos cognitivos que trazemos à luz (TURNER, 1996, p. 206).

Está em foco, agora, a informação extralingüística, de essencial importância na constituição do significado. Fauconnier, validando o viés cognitivo, preocupou-se em delimitar um caminho mais coerente para o tratamento da linguagem, assumindo a seguinte postura:

Fauconnier has [...] recognized that tools of formal logic fail when confronted with the full range of natural language phenomena. He has realized that what is need instead is a cognitive theory – a theory that is based on the capacities of the human mind rather than the capacities of the mathematical systems that happen to be used by logicians (SWEETSER apud FAUCONNIER, 1994, p. ix).

Devido ao abandono da vertente estruturalista, Fauconnier elabora o modelo dos espaços mentais, o qual, para ser edificado, parte de outros elementos, como os de domínios

conceptuais, modelos cognitivos idealizados, bem como molduras comunicativas. Tais fundamentos vão ao encontro da idéia de que “a língua só pode ser apropriadamente compreendida quando vista em funcionamento e na interação” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 288). Para Fauconnier, assim como para os sociocognitivistas, a linguagem é apenas a ponta do *iceberg*, existindo outros elementos, no caso extralingüísticos, de igual relevância para o entendimento de uma situação comunicativa. Repetindo a lição fauconnieana, “we ‘put meaning into words’ (...) we notice only the tip of the iceberg – the words – and we attribute all the rest to common sense” (FAUCONNIER, 1994, p. xviii). A linguagem, em si mesma, não é cognitiva, entretanto, os estágios pelos quais se passa, a fim de efetivar o ato comunicativo, são essencialmente cognitivos. Reproduzimos, ainda, as palavras de Gilles Fauconnier, as quais corroboram o dito: “language does not itself do the cognitive building – it ‘just’ gives us minimal, but sufficient, clues for finding the domains and principles appropriate for building in a given situation (idem)”.

Será importante, assim, discriminar quais fatores são responsáveis pela compreensão de tais elementos extralingüísticos. A começar pela noção de domínio conceptual, que possui a função de organizar os eventos já institucionalizados pela mente humana. Nas palavras de Margarida Salomão, “a idéia é que as bases-de-conhecimento, indispensáveis para que possamos agir no mundo, não são estanques nem estáticas, mas evocáveis segundo diversas perspectivas e diferentes modos de cognição” (SALOMÃO, 1999, p. 28). Isto é, embora os domínios conceptuais planifiquem o que já foi moldado pela mente, eles não são, de forma alguma, permanentes, podendo se modificar à medida que passamos por outros tipos de experiências.

Os modelos cognitivos idealizados, por sua vez, explicam as mais diversas noções sociais, ou seja, “como executar diversas situações interativas” (idem). É função dos modelos cognitivos idealizados explicar como ir ao supermercado, fazer um bolo, atravessar a rua, entre outros.

Já as molduras comunicativas “presumem a definição das identidades de seus participantes, dos papéis sociais que eles desempenham, do tipo de simetria das relações entre eles, do tipo de agendas que organizam os encontros” (idem).

Tudo isso é importante para explicar

como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. O ambiente seria, portanto, apenas um meio a ser analisado e representado internamente, ou seja, uma fonte de informações para a mente individual (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 278).

Sendo assim, o processo cognitivo parte não só de um conhecimento puramente lingüístico, como queriam os formalistas, mas, também, de um processo histórico-social e cultural, que dita como as relações serão estabelecidas pela mente e, conseqüentemente, como

3. Análise de dados: é, afinal, possível?

Optamos por analisar um *corpus* pré-determinado, o qual estivesse inserido no espaço religiosidade. Logo, o levantamento quantitativo não teria funcionalidade metodológica. Devido a isso, escolhemos alguns nomes e, atentando para a precisão analítica, os dividimos em quatro grupos distintos, a saber: agentivos, objetos, crenças e práticas.

Consideraremos para essa análise, além dos já apresentados modelos cognitivos idealizados, domínios conceptuais e molduras comunicativas, a noção de categorias radiais, as quais através de uma extensão do significado de uma palavra são capazes de gerar visões associativas, ancoradas na concepção de metáfora e de metonímia. Queremos provar, assim, que o significado não é uma imagem fixa com referência em algum fenômeno ou objeto do mundo, mas que o mesmo, para existir, se baseia nas inúmeras experiências sociais, que irão gerar uma reformulação conceitual de um sentido convencionalizado. Nesta perspectiva, são de extrema importância os processos metafórico e metonímico, já que os mesmos irão gerar novos usos para formas conhecidas. A categorização, assim, será pensada de acordo com agrupamentos abertos, sem fronteiras delimitadas. Nela, no entanto, cabem membros mais centrais – aqueles mais facilmente identificáveis como pertencentes à categoria. A estes, se relacionam outros membros, a princípio mais periféricos, mas que se enquadram na mesma categoria dos membros mais estáveis em razão das operações semânticas estabelecidas.

Voltando novamente para os dados da análise, no primeiro grupo, encontram-se os nomes referentes às entidades, que, teoricamente, agiriam na vida dos homens: Deus, Jesus, orixás, santos e Diabo. No segundo, por sua vez, ganham destaque nomes cuja função de objeto busca concretizar uma ação religiosa, possibilitando a conexão entre o terreno e o sagrado: altar, genuflexório, sacristia, igreja, púlpito, vela e incenso. No terceiro, ao contrário, encontraríamos nomes que legitimam uma crença religiosa: catolicismo, protestantismo, espiritismo, umbandismo e candomblé. No quarto, por fim, estão contidos aqueles nomes responsáveis pelas doutrinas perpassadas pelas crenças religiosas, como: caridade, fé, humildade e, até, maldade.

É importante ressaltar que, gramaticalmente, o primeiro grupo é classificado como substantivo concreto, ou seja, seres com existência própria. No entanto, já questionamos a

respeito das contrariedades presentes na palavra *ser*, a qual possui, majoritariamente, o traço [+ animado]. Há, assim, duas importantes colocações a serem feitas sobre o primeiro grupo. Como poderíamos afirmar que os nomes discriminados como agentivos possuem existência própria? Não dependeriam da crença ou não dos homens para existirem? O que os legitimariam enquanto possuidores do traço [+animado]? Podem, pois, ser chamados de *ser*? Caso partíssemos para a característica ontológica da palavra concreto, isto é, existir em forma material, consistente e sólida, tais nomes nunca poderiam ser categorizados como concretos, em razão da impossibilidade de criarmos uma imagem, a qual partisse de uma convenção, para todos eles.

O segundo grupo, inserido na categoria de objeto e, conseqüentemente, na classe dos substantivos concretos, não pode ser entendido como possuidor de meras peças materiais, pois são dadas a ele características essencialmente sagradas. Sendo assim, embora a palavra *altar* seja, a grosso modo, uma mesa de concreto, nesta se encontram elementos, como imagens, incensos, velas e, no caso do catolicismo, a hóstia sagrada e o sangue de Cristo, que consubstanciam as crenças religiosas. Não se trata mais, portanto, de um simples objeto material. Além disso, também não possui existência própria, como definido pela gramática, já que depende da ação humana para ter alguma funcionalidade. Tampouco pode ser entendido como ser. O mesmo se dá com genuflexório, sacristia, igreja, púlpito, centro espírita, vela e incenso. Estes são, a rigor, objetos ou lugares sagrados e, como tais, possuem um certo grau de abstracionismo, pois promovem a ligação espiritual entre o terreno e o divino.

O terceiro grupo, das crenças, nem mesmo possui uma categorização gramatical clara. Como são, de alguma forma, concretizações, a análise gramatical o define como ações, as quais estão inseridas na classe de substantivos abstratos. Ou seja, ser católico, protestante, umbandista, espírita ou do candomblé exige uma ação, a qual se legitima na medida em que se praticam as determinações que norteiam cada uma dessas crenças. O quarto grupo, que pode ser analisado conjuntamente com o terceiro, trata das práticas religiosas, que, conforme a gramática, também se define como substantivos abstratos devido ao seu caráter de dependência em relação a um outro ser. A estes substantivos inseridos na classe dos abstratos, ainda que não tenham existência própria, como afirma a gramática, para serem classificados devem ser pensados como constituidores de práticas religiosas distintas e, enquanto tais, irão variar segundo o grau de abstracionismo ou concretude. Isto é, a bondade, a caridade, a fé e a humildade podem ser significativamente concretas para todas as crenças definidas neste capítulo, pois, para que existam, precisam de ser efetivadas. Logo, as crenças religiosas

podem ter já definido o que seja um ato de fé ou de caridade. Onde estaria, então, a abstração desses nomes? Não se concretizariam como ato? Poderíamos argumentar que a concepção dos nomes abstratos varia de indivíduo para indivíduo, sendo algo, portanto, extremamente subjetivo. No entanto, a concepção de alguns nomes ditos concretos também não é individual? O esquema mental das palavras altar, genuflexório e Deus é igual para todos? Se assim o fosse, Saussure nunca teria pensado no fato de o significante ser uma imagem acústica. Além disso, como observado há pouco, cada nome aqui discutido está inserido em práticas religiosas distintas. Logo, para o ateu, por exemplo, os grupos agentivos e objetos, assim como as crenças nada possuem de concretos, em razão da falta de direcionamento religioso daquele, o que não quer dizer que o grupo das práticas não possa ser validado por um ateu.

O catolicismo pode validar como concreto, em razão da forte permanência do significado de um nome na sua crença, certos substantivos, como *Deus*, *Jesus* e *santos*. Em contrapartida, pode julgar como abstrato alguns dos nomes que, anteriormente, inserimos na categoria de objetos, como *altar*, *genuflexório*, *igreja*, entre outros, em função da forte ligação destes com o plano divino. O Umbandismo pode avaliar como concreto os nomes *Deus*, *Jesus*, *orixás* e *santos*; e como abstrato as palavras *altar*, *vela* e *incenso*, isto é, objetos sagrados. Com os primeiros nomes, há uma forte relação concreta devido à relevância dos significados destes nas referidas religiões. Com os últimos há um grau elevado de abstracionismo, uma vez que possibilitam uma ligação entre os dois planos.

Se nos valermos de alguns exemplos, a exposição acima pode ficar ainda mais clara:

(i) A *caridade* é um ato bem visto pelas crenças religiosas.

(ii) Sumir com a minha mãe por um mês é uma *caridade* que você me faz.

(iii) O *Umbandismo* é uma religião afro-brasileira que prega a humildade e a caridade, tendo como mentores Deus, os guias e os orixás.

(iv) O *Umbandismo* é uma macumba lá que não é de Deus não!

Em (i), caridade é visto como um ato de amor que incentiva a prática do bem ao próximo. Já em (ii), caridade não possui a mesma acepção, uma vez que está sendo utilizada num contexto irônico. Embora *sumir com a mãe* seja fazer um ato benévolo para quem proferiu o enunciado, pode ser que para a mãe não tenha o mesmo efeito. Logo, o ato seria complacente somente com uma das partes. Teríamos aqui um caso de metáfora, no qual um domínio fonte parte para um domínio alvo. No domínio-fonte de *caridade* encontram-se elementos como benevolência, complacência e compaixão ao próximo. Além disso, o ato de

caridade parece implicar abnegações não-humanas. Dizendo de outro modo, quando praticamos a caridade pensamos em dar a uma determinada pessoa coisas como dinheiro, roupas, comida, amor, carinho. Mas não faz parte do domínio *caridade* dar sumiço a uma pessoa, no caso, a mãe do outro. Estamos diante de um processo extensional do sentido. Entretanto, continuamos amarrados entre o substantivo concreto ou abstrato. Em (i), poderíamos dizer que a classificação tende ao mais concreto, uma vez que teríamos a ação legitimada; em (ii), ao contrário, seria suficientemente difícil de acreditar que alguém efetivaria tal ação, o que desembocaria num ato mais abstrato, já que nem chegaria a ser concretizado.

Em (iii), a palavra umbandismo está sendo entendida como uma religião dotada de certas especificidades. Se tal enunciado fosse dito por um umbandista, poderíamos afirmar que, para ele, a umbanda é algo concreto, legitimado e sacramentado. Já em (iv), pelo total desconhecimento da doutrina poderíamos afirmar que se trata de algo abstrato, desconhecido. Teríamos, novamente, uma extensão de significado, ancorado em categorias radiais.

Não parece haver, assim, uma definição homogênea que nos permita classificar, seguramente, os substantivos levantados, até mesmo porque não chegamos a uma definição para os mesmos.

Na visão de Roberta Pires de Oliveira,

as palavras ganham interpretação num sistema de referência (um universo discursivo), mas elas carregam consigo uma história de suas passagens por outros sistemas, que inclui extensões que se dão através de analogias, de metáforas, de equívocos (...) Nas línguas naturais, os universos discursivos são interligados pela própria linguagem que os conforma e utilizar uma dada linguagem para referir a um novo universo de discurso afeta a linguagem (OLIVEIRA, 2004, p. 236).

Afirma ainda que “a relação de referência é criativa porque uma mesma sentença pode ser verdadeira num número infinito de situações” (idem, p. 238).

Teríamos como exemplo as seguintes sentenças:

(i) Deus é amor!

(ii) Ai, meu Deus, que saco!

Em (i), Deus, tomado no seu sentido divino e religioso, remete ao ser onipotente que guia, praticamente, todas as religiões. Já na sentença (ii), não podemos afirmar que Deus possua os mesmos atributos da sentença (i), pois poderia estar sendo utilizado como mera interjeição. Prova disso é que um ateu ou agnóstico possivelmente não iriam proferir a frase

(i), salvo numa situação de ironia ou como fim didático². Ao passo que, mesmo sem acreditar Nele, poderiam se valer do enunciado (ii), já que se trata de uma fala sedimentada e, até, banalizada na nossa cultura.

Devemos, assim, pensar em quem produz certas sentenças e em que situação, para que possamos criar a referência adequada e, conseqüentemente, a categorização da palavra, isto é, pensar nas relações pragmáticas que norteiam cada situação comunicativa.

Em (i), por exemplo, poderíamos dizer que Deus é concreto devido à crença e à fé inseridas na palavra, ou seja, devido à relevância e à constância do significado da palavra Deus; já em (ii), não ocorre o mesmo e Deus passa a ser uma distante abstração.

Podemos deduzir, dessa forma, que não há como segmentarmos os substantivos entre abstratos e concretos. Isto porque o entendimento de cada nome depende não de sua categorização, mas sim, retomando Oliveira (2004), das possibilidades distintas de referência que damos a eles. Logo, seria a intermediação ora da metonímia, ora da metáfora nas relações mentais que determinariam a classificação dos nomes. A palavra altar, por exemplo, de acordo com o que foi comentado, é uma mesa de concreto, a qual possui elementos sagrados que faz com que reconhecemos altar como algo sagrado. Logo, partimos de uma conceptualização ancorada numa base concreta para, logo após, vislumbrarmos a noção de abstrato. Estaríamos, aqui, traçando a operação semântica metonímia, já que, dentro de um mesmo espaço, teríamos a relação de referência que permitiria que a palavra altar saísse de seu estado concreto para alcançar um estado de maior abstração.

É o que aconteceria nos exemplos:

(i) O *altar* foi benzido pelo padre.

(ii) O padre mandou quebrar aquele *altar* velho e fazer outro.

No enunciado (i), altar é uma palavra munida de seus atributos sagrados, o que não ocorre em (ii), que legitima uma base mais concreta para a palavra em questão. O mesmo ocorre com a palavra igreja que, como anteriormente demonstrado, pode tanto se referir ao lugar igreja como às ideologias perpassadas pela instituição igreja. O grupo dos objetos, portanto, parece validar o que a semântica cognitiva denomina categorias radiais, as quais são capazes de gerar redes de extensão semântica, tendo como centro um significado básico, que dará origem a outros. Até mesmo porque cada protótipo, ou seja, categorias pré-determinadas,

² Digamos que um ateu estivesse conversando com um protestante:

“Vocês protestantes dizem que ‘Deus é amor’, mas eu não acredito nisso, porque se fosse realmente verdade ‘Ele’ não permitiria que tantos morressem na miséria.”

é “uma estrutura neural que nos permite fazer algum tipo de tarefa inferencial ou imaginativa com respeito a uma categoria” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 19).

De forma diferente, quando afirmamos que há algo de concreto entre os nomes que se referem às entidades, como Deus, Jesus, etc., nos ritos católico, umbandista, entre outros, temos que entender a premissa, na verdade, de acordo com a constância e relevância dos significados desses nomes no cotidiano das religiões mencionadas. Não seguimos, portanto, nenhum caráter fixo no que diz respeito à classificação dos nomes concretos. Da mesma forma, ao afirmarmos acerca do grau de abstração presente em nomes que indicam os objetos sagrados é, tão-somente, em razão de os mesmos não serem objetos comuns, como lápis ou cama, mas por serem indissociáveis de seu estado sagrado.

Dessa forma, são os domínios conceptuais definidores de cada religião que tornam, de certa forma, a classificação dos nomes ligados à religiosidade estável. São, igualmente, as molduras comunicativas, ao definir os papéis desempenhados por cada participante de uma dada religião, que tornam possível a diferenciação classificatória da concepção de Jesus, ou de qualquer outro nome ligado ao espaço religiosidade. São as molduras que definirão o comportamento daqueles que crêem em alguma religião e como os mesmos reagirão diante dos nomes que possuem relevância para a construção de suas respectivas religiões. O católico, o umbandista e o praticante do candomblé têm legitimada em seus modelos cognitivos idealizados, a figura da virgem, de Nossa Senhora; já o protestante, não. A virgem seria, então, muito mais concreta, próxima e tangível para aqueles. Isso porque possuímos modelos cognitivos idealizados, bem como domínios conceptuais, os quais explicam e organizam os eventos da nossa mente. Contamos, também, com a efetiva participação das operações semânticas, as quais estendem e modificam os significados e, conseqüentemente, a categoria da palavra.

4. Considerações finais

Diante de tantas especulações acerca do tratamento dos substantivos abstrato e concreto, chegamos ao final desse trabalho com os objetivos, inicialmente propostos, cumpridos. Conseguimos, de fato, problematizar a conceituação de substantivo e de substantivos abstrato e concreto, entretanto, não chegamos a uma definição segura e precisa para os dois últimos, já que, como demonstramos com a semântica cognitiva, dentro do *corpus* que nos propusemos a analisar, é quase impossível instituir um conceito unilateral

sobre os mesmos, pois estes dependem das experiências sociais e mentais de cada grupo religioso.

Tal dificuldade se encontra presente também quando tentamos evidenciar o grau de concretude ou de abstracionismo existente nos substantivos que reportam ao espaço religiosidade, pois, novamente, fomos detidos com a questão do que é ou não moldado pelos modelos cognitivos e pelas molduras comunicativas de cada crença religiosa. Concluimos, então, que categorizar os substantivos postos em foco é uma medida nada razoável. Até mesmo porque, quando pensamos em abstrato e concreto estamos, na verdade, imputando um atributo aos nomes, o que não é próprio da categoria deste. Os substantivos têm a função de nomear os entes, designá-los, e não a de classificá-los segundo uma caracterização. Logo, a idéia de concreto e de abstrato, assim como a de próprio e comum criam uma adjetivação imprecisa dentro da classe dos nomes, isto é, uma classificação incoerente com a própria especificidade da categoria em questão.

Além disso, alguns nomes, devido às operações semânticas previstas pela Língua Portuguesa, não conseguem manter uma classificação única, visto que uma mesma palavra, dependendo do contexto, pode ser classificada ora como substantivo concreto, ora como substantivo abstrato. Ademais, quase sempre partimos de uma base [+concreta] para criarmos uma projeção [+abstrata]. Dessa forma, nosso sistema mental parece ser muito mais concreto do que propriamente abstrato.

Referências bibliográficas

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FREGE, G. On sense and reference. In: HARRIS, R.; TAYLOR, T. J. **Landmarks in Linguistic thought I: The Western tradition from Socrates to Saussure**. 2.ed. 1998.

HARRIS, R.; TAYLOR, T. J. **Landmarks in Linguistic thought I: The Western tradition from Socrates to Saussure**. 2.ed. 1998.

KOCH, I.; CUNHA-LIMA, M. L. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Lingüística 3: fundamentos epistemológicos**. São Paulo, Cortez: 2004.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

OLIVEIRA, R. P. Formalismos na Lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Lingüística 3**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto. Crátilo. 3.ed.: Belém: Universitária UFPA, 2001.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, 1999.

_____. SALOMÃO, M. M. M. **O Processo Cognitivo da Mesclagem na Análise Lingüística do Discurso**. Projeto Integrado de Pesquisa. UFJF/ UERJ/ UFRJ. Juiz de Fora/ Rio de Janeiro, 1999.

TAYLOR, J. **Linguistic categorization**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

TURNER, M. **The literary mind**. New York: Oxford University Press, 1996.